

O Globo  
3/10/97 13

# Juiz impede desmatamento em área de proteção ambiental

Devastação fora autorizada por escritório do Ibama do Rio

Paulo Roberto Araújo

• O juiz Marcelo Marinho, da 1ª Vara Cível de Cabo Frio, concedeu liminar ontem à noite na medida cautelar impetrada pelo promotor Luciano Oliveira Mattos de Souza, determinando a suspensão do desmatamento de uma extensa área de preservação na Praia de José Gonçalves, em Búzios. Dada pelo superintendente substituto do Ibama no Rio, André Luiz de Souza Oliveira, a autorização para o corte da vegetação revoltou moradores e ambientalistas, segundo os quais a área devastada, situada na Serra das Emergências, abriga famílias de micos-leões-dourados e diversas espécies raras da flora brasileira, entre as quais o pau-brasil. A ordem judicial foi entregue ao Ibama ontem à noite, mas chegou tarde. Tratores do proprietário das terras já haviam devastado uma área de 40 mil metros quadrados.

O pedido de corte da mata foi feito por Artur Bolognesi, representante dos proprietários das terras. A Secretaria do Meio Ambiente de Búzios negou a autorização, mas o Ibama atendeu sob a alegação de que a área não tem valor ambiental. Depois de solicitar laudos técnicos do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio, da Fundação Nacional do Pau-Brasil, do Instituto Ecológico

Búzios Mata Atlântica e do Comitê Internacional do Mico-Leão-Dourado, o secretário de Meio Ambiente de Búzios, Carlos Alberto Muniz, recorreu à Ouvidoria do Ibama, em Brasília. A ouvidora Ana Lúcia da Cruz determinou, no dia 26, a suspensão do desmatamento e sugeriu ao superintendente do Rio que procurasse o diálogo com a comunidade local e o secretário Muniz. Não foi feita nem uma coisa nem outra: os tratores voltaram a derrubar as árvores anteontem à tarde. O trabalho só foi suspenso quando chegou o fax do presidente do Ibama com a ordem de paralisação do desmatamento.

## Fiscais do Ibama, armados, protegem desmatamento

No início da semana passada, a briga entre os ambientalistas e os fiscais do Ibama foi parar na delegacia policial. Armados, os representantes do Ibama não acataram o embargo do desmatamento feito pela fiscalização municipal:

— Os fiscais do Ibama agiram como se fossem advogados dos proprietários — contou Muniz.

O promotor de Cabo Frio esteve no local a pedido do secretário e de ambientalistas. Ele disse ontem que depois da medida cautelar vai impetrar uma ação civil pública pedindo a paralisação definitiva do desmatamento.

Segundo o coordenador do

programa Zona Costeira, do Jardim Botânico, Cyl Farney Catariño de Sá, a área de José Gonçalves é alvo de dois programas de pesquisas em andamento, além de três teses de mestrado, duas voltadas para o pau-brasil. Catariño de Sá acrescenta que a área "é de suma importância para a conservação de diversas espécies além do pau-brasil, sobretudo por ser um tipo de vegetação ímpar na costa brasileira".

Denise Marçal Rambaldi, do Comitê do Mico-Leão-Dourado, também lamentou o desmatamento "nos últimos remanescentes significativos de restinga do Estado do Rio", acrescentando que a área de José Gonçalves abriga exemplares típicos e raros da Mata Atlântica, entre os quais o mico-leão-dourado. O professor Janis Roze, do Instituto Ecológico Búzios, disse que a área devastada com autorização do Ibama forma uma das últimas porções de Mata Atlântica na região.

O superintendente Antônio Velasco não foi encontrado ontem no Rio. Ele foi fazer uma inspeção na área desmatada. A assessora Elizabeth Sarmiento alega que dois engenheiros do Ibama fizeram uma vistoria no local e autorizaram o corte da vegetação porque não há vestígios de Mata Atlântica e os proprietários solicitaram apenas a reabertura de uma área de servidão. ■